



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO GRANDE**

**INDICAÇÃO nº 20 /2022**

Encaminhado Of. nº 03/2022-M  
Em 07 / 02 / 2022  
*[Assinatura]*

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:

O Vereador abaixo assinado INDICA ao Prefeito Municipal, o Senhor Ivan Antônio Guevara Lopes, no sentido de sugerir o Projeto de Lei que "Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e dá outras providências.", o qual segue na sequência:

Projeto de Lei nº \_\_\_\_ /2022

"Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS no âmbito do Município de Arroio Grande no ano de 2022 e dá outras providências."

**Ivan Antônio Guevara Lopez**, Prefeito Municipal de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais. FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI MUNICIPAL:

**Artigo 1º** – Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal, no âmbito do Município de Arroio Grande/RS, titulado de REFIS/AG-2022, para o fim de estimular o contribuinte a regularizar seus débitos tributários inscritos em dívida ativa junto a Fazenda Publica Municipal.

**Artigo 2º** - Os créditos da Fazenda Publica Municipal, referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e taxas, constituídos até 31/12/2021, em fase de cobrança administrativa e/ou judicial, poderão ser pagos de acordo com os seguintes critérios:

**I-** Para pagamento à vista, até o dia 05 cinco de novembro de 2022, será concedida uma redução correspondente a 100% (cem por cento), em multa e juros;

**II-** Para pagamento parcelado, em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, observado o artigo 4º, inciso IV desta Lei, será concedida uma redução correspondente a 50% (cinquenta) por cento em multa de juros;

**III-** Para pagamento parcelado, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, observado o artigo 4º, desta Lei, será concedida uma redução correspondente a 30% (trinta por cento), em multa de juros;

**IV-** Para pagamento parcelado, em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, observado o artigo 4º, desta Lei, será concedida uma redução correspondente a 15% (quinze por cento), em multa de juros.

**Artigo 3º** – O contribuinte terá até o dia 5 (cinco) de novembro de 2022, para aderir ao programa nos termos do artigo anterior.





**Estado do Rio Grande do Sul**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO GRANDE**

**§1º** - Nos casos em que a dívida já esteja em processo de cobrança judicial, o valor das custas processuais será ônus do contribuinte;

**§2º** - Nos casos em que a dívida paga nos termos desta Lei, for objeto de processo judicial, o contribuinte deverá informar o pagamento no respectivo processo.

**§3º** - Nos casos em que a dívida esteja em fase de cobrança extrajudicial, com encaminhamento da CDA para protesto, o valor das despesas e emolumentos cartorários serão ônus do contribuinte e não poderão ser incluídos no parcelamento, devendo estes ser quitados junto ao respectivo Tabelionato de Protestos.

**Artigo 4º** - Para fins de pagamento parcelado dos débitos fiscais na forma do artigo 2º e seus incisos desta Lei, deverá se observar que:

**I-** O valor correspondente a primeira parcela deverá ser recolhida no ato da formalização do procedimento administrativo;

**II-** No caso de inadimplemento de quaisquer das parcelas ajustadas nos incisos do artigo 2º, será reconstituído o débito original, com todos os seus acessórios e do total descontados os valores pagos, encaminhando-se para cobrança judicial ou extrajudicial, independente de nova notificação;

**III-** O atraso de 60 (sessenta) dias, desde o vencimento da parcela, implicará o imediato cancelamento do benefício por parte da Fazenda Pública Municipal;

**IV** - O valor de cada parcela não poderá ser inferior à R\$ 50,00 (cinquenta reais), para pessoa física e R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica;

**V-** Os contribuintes que já parcelaram seus débitos na Prefeitura amigavelmente, ou que fizeram mediante execução fiscal também não poderão se beneficiar dessa Lei;

**VI** - Os parcelamentos que não tiveram como origem débitos relativos aos tributos mencionados nesta Lei não terão direito ao benefício;

**VII** - Os tributos que se encontram sob apreciação de processo administrativo, exceto do exercício corrente, serão atingidos por esta Lei, desde que o contribuinte solicite o cancelamento e arquivamento do processo no setor competente;

**VIII** - A presente Lei não autoriza a restituição nem a compensação de importâncias recolhidas anterior a sua vigência;

**IX-** A redução prevista na presente Lei se aplica somente aos encargos decorrentes de Multa e Juros moratórios;

**X-** O valor principal do débito não sofrerá redução, e a correção monetária será mantida;

**XI** - Os débitos fiscais parcelados, quando não pagos na data dos respectivos vencimentos, serão corrigidos conforme legislação prevista no código tributário municipal;

**XII** - As certidões de débitos, com benefício desta lei, serão expedidas positivas com efeito de negativa, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, referindo o saldo devedor do débito não exigível.

**Parágrafo Único** - Caso o vencimento da parcela venha a cair no sábado, domingo ou feriado, o contribuinte poderá pagar o valor da parcela no primeiro dia útil subsequente.

**Artigo 5º** - O ingresso no REFIS/AG-2022 dar-se-á por opção do contribuinte, por meio de requerimento, dispensado do pagamento da taxa de protocolo.





**Estado do Rio Grande do Sul**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO GRANDE**

**Artigo 6º** - Requerida a remissão de multas e juros, o setor de tributação providenciara o termo próprio, calculando o débito existente e lançado na responsável responsabilidade devedora do contribuinte.

**Parágrafo Único** - A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida, na hipótese dos arts. 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida

**Artigo 7º** - A concessão e o gozo dos benefícios previstos nesta lei ficam condicionados, ainda:

**I** - A apresentação de requerimento no qual conste a relação dos débitos fiscais para os quais é solicitado o benefício;

**II** - À assinatura de termo de confissão irrevogável e irretratável de seus débitos consolidados, com expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso na esfera administrativa ou judicial.

**Artigo 8º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a redução e/ou adequação dos lançamentos contábeis em decorrência da aplicação dos benefícios concedidos pela presente lei.

**Parágrafo Único** - A dívida será cobrada integralmente, com todos os acréscimos legais previstos na legislação tributária municipal, nos casos em que os contribuintes não optarem pelos benefícios propostos na presente lei até a data estabelecida no "caput" do artigo 3º.

**Artigo 9º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Arroio Grande, em 07 de 02 de 2022

**Vereador do PDT Airton-Cléo Barbosa da Costa**  
- Autor do Projeto de Lei -





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO GRANDE**

**Justificativa**

Justifica-se o presente de Projeto de Lei que institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS/AG2022, na finalidade de propiciar aos contribuintes a regularização de seus débitos fiscais junto a Fazenda Municipal através de uma forma com maior de parcelamento buscando adequar ao orçamento familiar.

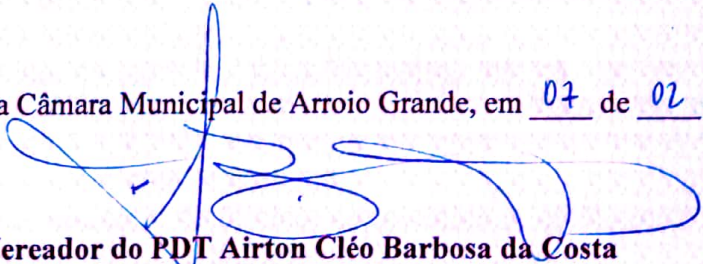
Sendo importante salientar, estamos ainda vivendo o COVID-19, a maior Pandemia do último século, sendo que, fora os efeitos da própria doença, mas, também, efeitos na órbita econômica e financeira das pessoas, principalmente, aos arroio-grandenses, que se encontram com dificuldades de adimplemento de suas obrigações, dentre as quais os débitos fiscais junto a Fazenda Municipal.

Portanto, nada mais oportuno nesse momento difícil que todos nos enfrentamos de a Municipalidade acenar com uma forma mais abrandada para o contribuinte regularizar seus débitos fiscais, com redução de multa e juros e parcelamento alongado ao ponto de ajustar a economia familiar.

Além disso, é mais uma forma de atrair recursos a Municipalidade, eis que com alongamento através de parcelamento o contribuinte vai buscar uma das formas para honrar com o pagamento, resultando em retorno ao caixa da Fazenda Municipal.

Razões pelas quais, apresento e rogo aos Nobres Vereadores desta Casa Legislativa em prol da aprovação do presente projeto, em seu inteiro teor e na forma regimental.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Arroio Grande, em 07 de 02 de 2022

  
**Vereador do PDT Airton Cléo Barbosa da Costa**  
- Autor do Projeto de Lei -